

## O SEMIARIDO DO “PATRIARCA”: NARRATIVAS BIOGRÁFICAS NA ELITE PECUARISTA DO CARIRI PARAIBANO<sup>1</sup>

---

Valdênio Meneses<sup>2</sup>

---

### RESUMO

O artigo trata de estratégias que frações elites pecuaristas da região do Cariri da Paraíba direcionam junto ao patrimônio material e simbólico das suas fazendas. Em consulta a um acervo de livros de memória e genealogias, além de entrevistas, proponho evidenciar uma narrativa biográfica que circula entre famílias detentoras de centenárias propriedades do Cariri: a exaltação da figura de “patriarcas”, representantes vivos mais longevos de um sobrenome familiar e acadêmicos respeitados, principalmente pelo conhecimento acerca do fenômeno das secas. A partir de uma literatura sociológica sobre elites e suas estratégias de reconversões sociais proponho, ao final, um debate de como a construção dessas biografias demanda uma revisita ao tema da relação política da grande propriedade da terra no semiárido nordestino.

Palavras-chave: Elites Pecuaristas; Família; Reconversões Sociais.

### BIOGRAPHICAL NARRATIVES BETWEEN BREEDER ELITES OF NORTHEAST BRAZIL

### ABSTRACT

This paper analyses how breeder elites at the region of Cariri (Brazil, Northeast) builds some family distinction attached to a social perception of the droughts. In the books of biographies and genealogies, these elites express some values of social distinction. One of them is the biographical presentation of the “patriarchs”: as the oldest living member of the family this type of “patriarch” is also respected for knowledge about the drought and breeder of the cattle and goats. At this point, the approach of elites and social reconversions shows some relations between family values (social distinction, rural identity etc.) and the political struggle to impose a social classification of the natural phenomenon of the droughts.

Key words: Breeder Elites; Family; Social Reconversions; Drought.

---

<sup>1</sup>Uma primeira versão desse artigo foi debatida durante o III Encontro de Ciências Sociais da UFCG, realizado em Campina Grande, de 28 a 30 de novembro de 2018.

<sup>2</sup>Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Professor do departamento de Direito da UNINASSAU Campina Grande

## INTRODUÇÃO

Nos últimos quinze anos, houve a publicação de vários livros de biografias e genealogias feitos por descendentes de famílias de grandes proprietários rurais do Cariri da Paraíba – fração de uma elite pecuarista dominante na vida social e política de boa parte do interior do Nordeste em quase todo século XX. Também fazendas centenárias que foram centros de produção e comercialização de algodão e da pecuária se tornaram espaços não só voltados para temporadas de férias, mas, também, sede de museus, memoriais e arquivos de família, inaugurados e celebrados em confraternizações periódicas entre parentes.

Atento a esses processos, esse artigo é fruto de um trabalho de pesquisa de doutorado<sup>3</sup> feita entre 2015-2017 e que teve seu lócus empírico entre as famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista, proprietárias das centenárias fazendas Carnaúba, em Taperoá- PB, e Capitação-Mor, na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro. Nos limites da discussão aqui proposta, analiso os dados sociológicos que indicam padrões na construção biográfica de duas pessoas dessas famílias, os Srs. Manuel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho. A escolha dessas biografias teve critério guiado pela alta posição hierárquica que ambos ocupam em seus grupos familiares: enquanto representantes vivos mais longevos do sobrenome da família e, por isso, reconhecidos como “patriarcas” e guardiães da história das fazendas da família.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira parte, há uma reflexão teórica e metodológica acerca de como a pesquisa enveredou no mundo social da elite rural do Cariri Paraibano, que tem seus símbolos de memória e distinção social. Apresento os livros e genealogias das famílias que foram usados como fontes. Tento também esclarecer ao leitor a produção de dados e evidências feita através de observações e entrevistas no momento das festas de confraternização das fazendas. Além de dimensionar as possibilidades de biografia e memória, essa nota metodológica e teórica faz um breve debate e revisão sobre as especificidades das elites sociais enquanto objeto de estudo sociológico. Na segunda e terceira partes, detalho a construção das duas biografias, dedicando uma seção para Manuel Dantas Vilar Filho e outra para Malaquias Batista Filho. Guardadas as especificidades de cada narrativa, há pontos em que a reconstrução biográfica dos “patriarcas” indica sentidos e valores sociais que uma elite expressa. Temos, então, alguns caminhos para articular trajetórias individuais e as estratégias sociais, notando as percepções de uma elite rural que, sob risco de desclassificação social, adota novas formas de gestão de seus patrimônios econômicos e, principalmente, simbólicos. Na quarta e última parte, refletindo a partir do recorte de casos aqui estudados, faço as considerações finais buscando delinear e revisitar uma agenda de pesquisa sobre o tema da relação entre elites e secas no Nordeste.

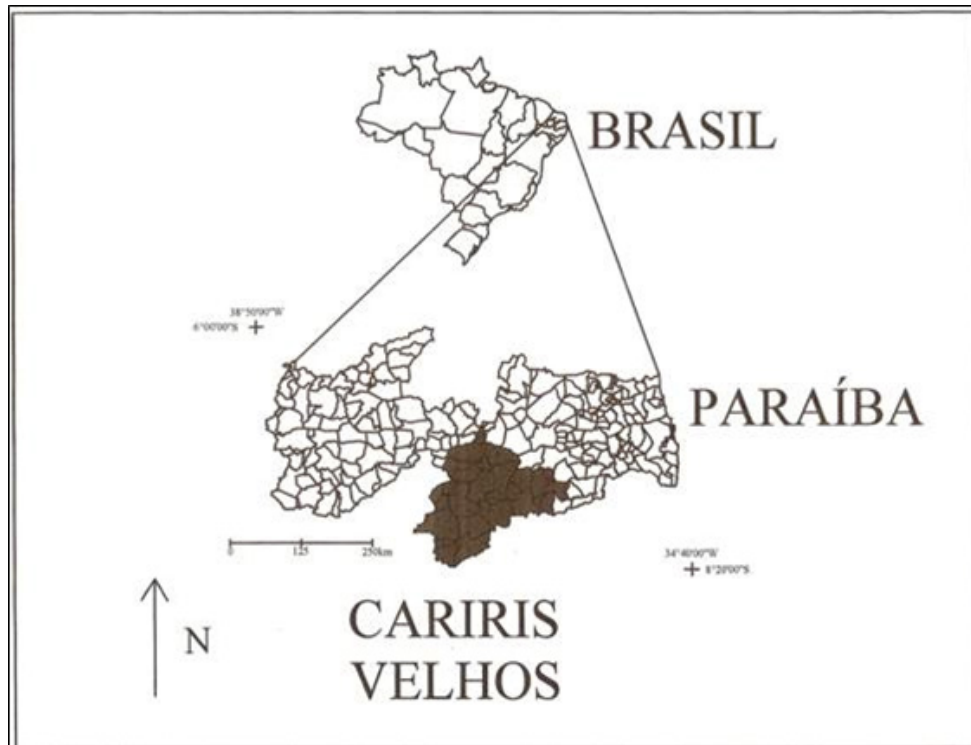
### 1. O MUNDO DA ELITE PECUARISTA DO CARIRI PARAIBANO: NOTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A região do Cariri Paraibano – também chamada de “Sertão dos Cariris Velhos” entre os pecuaristas – está localizada na fronteira sul entre Paraíba e Pernambuco, sendo uma das regiões mais secas e de menor índice pluviométrico do Brasil.

---

<sup>3</sup>A tese se chama “Saudade e Rusticidade: estratégias de reconversões sociais e sentido da convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano.” Uma versão completa (junto aos anexos) pode ser visualizada no link <[https://drive.google.com/open?id=1vApk-\\_QmMelBcohVhsHtoKD7NGxZrvM8](https://drive.google.com/open?id=1vApk-_QmMelBcohVhsHtoKD7NGxZrvM8)>

Mapa 1: Cariri Paraibano ou “Sertão dos Cariris Velhos”



Fonte: (Souza et al., 2010).

Representativa das condições climáticas do semiárido, o Cariri paraibano tem passado nos últimos trinta anos por dinâmicas sociais que transformaram o interior do Nordeste brasileiro: mudanças na estrutura fundiária, nos fluxos populacionais entre cidade e campo, nos padrões da pobreza rural e dos tipos de políticas voltadas para esses problemas.

No limite da proposta do artigo vamos enfatizar em como essas mudanças incidiram para além da economia, alcançando uma ordem social e política que girava em torno de grandes fazendas pecuaristas e algodoeiras - tipos<sup>4</sup> próximos ao das fazendas Carnaúba e Capitão-Mor. Essa ordem social que organizava a economia, o trabalho e principalmente hierarquias da fazenda pecuarista no Cariri reproduzia certo padrão de outros locais de forte concentração fundiária no Brasil. Trata-se do consórcio de uma produção para exportação – algodão, café, frutas, cana de açúcar etc. – e vínculos entre a criação de gado e relações de trabalho que recrutavam famílias de agricultores, sitiantes, posseiros, indígenas, ex-escravos negros e homens pobres livres; em suma, grupos identificados como um grupo difuso, que por vezes foi agregado no conceito de um campesinato que circulava, “além da casa-grande e da senzala” (Forman, 1974), nos limites das relações de escravidão da plantation e das grandes fazendas, tendo restrito ou nenhum acesso à propriedade oficial da terra. No Brasil rural de boa parte do século XX, a produção exportadora e as hierarquias entre proprietários e trabalhadores rurais foram legitimadas por vínculos sociais com diversos nomes: “moradia”, “agregados”, “o trabalho alugado”, “cambão”, “terça” ou “sujeição”, dentre outros que variavam no tempo, local e tipo de atividade nas grandes propriedades. Em termos materiais, a “troca” entre proprietários da terra e trabalhadores agregados podia ser feita através de múltiplas funções na fazenda – como agricultores em épocas de colheita e plantio, vaqueiros, empregados da casa sede, jagunços etc. – e em variadas formas de pagamentos que combinavam a “doação” de um terreno para moradia

<sup>4</sup>As referidas fazendas têm extensão de 1000 a 8000 hectares, sendo classificadas como grandes propriedades na região do Cariri paraibano. Nessa região segundo documentos da Emater e Embrapa, o critério de extensão territorial que define a “pequena propriedade” de agricultura familiar varia de quatro módulos fiscais é de 55 hectares (Landal et al, 2012, p. 71-74).

, a “partilha” da colheita com dias de trabalho alternados “na terra do patrão” e dias de trabalho em roçado próprio, ou apartação de animais do rebanho, no caso do “quarto dos vaqueiros” (Andrade, 2011, p. 205). Em termos simbólicos, os agregados se “sujeitavam” aos fazendeiros dentro de prestações e compromissos regidos por códigos de conduta e hierarquia que, no geral, pouco incluíam contratos jurídicos ou salariais. Havia uma lógica de reciprocidade desigual de bens, compadrio, parentesco, amizade e até ameaças com uso de violência física e intimidade sexual (Ribeiro, 2011, p. 398).

A relação de moradia-agregados junto à produção algodoeira e pecuária ainda era vigente no início da década de 1980 quando foi feita a pesquisa “Mudança sócio econômica do Cariri Paraibano”<sup>5</sup>, fruto de um projeto multidisciplinar no então Mestrado de Sociologia Rural e de Economia Rural da UFPB (Campina Grande). Centrados no município de Serra Branca, um grupo de pesquisadores coordenado por Ghislaine Duque (1985) analisou a estrutura fundiária, movimentos de migração e as políticas de reflorestamento da Algaroba dando um panorama detalhado da vida social no meio rural do Cariri paraibano da época. Nota-se como à época do trabalho de pesquisa de Duque (1984, p. 168), o sistema de acesso à terra e ao trabalho na produção de alimentos girava em torno de uma lógica de favores e hierarquias comandada pelos detentores de grandes propriedades. Importante lembrar que, nesse momento, a figura dos “coronéis” já estava há tempos desaparecida do cenário político. Os mecanismos de poder e clientelismo por vezes giravam em torno de famílias proprietárias, mas também podiam estar concentrados em um outro perfil de grandes proprietários – de servidores públicos a comerciantes – que controlavam tanto o acesso a recursos naturais (água e lenha) como a situação eleitoral dos municípios. O “latifúndio” apresentava uma modernização técnica – com tecnologia e sistemas de crédito para pecuária – já avançada que pressionava as áreas de produção alimentar, à época analisados na ótica do conceito de minifúndio.

Foi no final da década de 1980 que se intensificou o desmonte desse eixo pecuário-algodoeiro e das relações de trabalho e moradia. Alguns fatores já apontados nas conclusões do trabalho de Duque (1985) se intensificaram: as fazendas sofriam com o fluxo de saída de trabalhadores das fazendas nos ciclos de secas, seja para trabalho nas frentes de emergência, seja nos fluxos de migração para periferia de áreas urbanas, para morar nas “pontas de rua” e/ou buscar empregos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (Duque, 1985, p.168). Os fundamentos da dominação dos grandes fazendeiros também estavam desgastados pela atuação de um combativo sindicalismo de trabalhadores rurais na região (Assis Batista, 1997). A grave situação fiscal do Brasil no período da redemocratização causou crises em programas de crédito e financiamento durante a década de 1990, além da perda da concorrência do algodão no mercado de fibras sintéticas (Moreira; Targino, 1997, p. 56-57). Do ponto de vista das narrativas biográficas dos pecuaristas, é recorrente um marco temporal e “biológico” dessa crise: a praga do “Bicudo”<sup>6</sup> que atacou as plantações de algodão-mocó do Cariri paraibano e de outras áreas do Nordeste produtoras do que era tido como o “ouro branco do sertão”. Nem mesmo iniciativas governamentais, a exemplo da algaroba (*Prosopis Juliflora*), tiveram sucesso pra dinamizar a grande propriedade pecuarista. Espécie vegetal exógena de origem peruana, defendida na década de 1970 em projetos governamentais de financiamento como resistente às secas e eficiente para alimentação do gado, o plantio da Algaroba foi intenso em áreas rurais da região de Pernambuco e Paraíba, mas não deu fôlego para evitar que a grande propriedade do sertão nordestino sofresse drásticos prejuízos no que foi chamado “fim do ciclo do algodão” (Cunha; Gomes, 2012).

<sup>5</sup>O material de artigos foi publicado em edição conjunta (4 e 5) da Revista Raízes entre dezembro de 1984 e janeiro de 1985.

<sup>6</sup>Nos círculos pecuaristas do Nordeste, é bastante comum uma teoria da conspiração: a de que o Bicudo seria uma praga implantada pelos norte-americanos em conjunto com a elite “sulista” do Brasil, para destruir a concorrência da indústria têxtil do Nordeste. (Agropecuária Tropical 34a ed., 1983, p. 65)

As elites pecuaristas do Cariri paraibano vão sofrer um desgaste mais intenso de seus emblemas sociais distintivos na década de transição entre os séculos XX e XXI. Como apontam Buanain e Garcia (2013, p.218), esse é o período em que são consolidadas junto aos pobres algumas das garantias de cidadania previstas na Constituição de 1988. O combate à pobreza rural é feito em várias vertentes: do crédito para agricultura familiar (PRONAF), junto a políticas ambientais, investimentos em mudanças na estrutura agrária e demográfica, até novos referenciais de ação local, como os Territórios da Cidadania. Nesse período, no Cariri paraibano, se seguiu uma tendência de uma certa fragmentação fundiária e criação de assentamentos sendo muitos deles via projetos de financiamento e crédito. O casario das antigas fazendas desapareceu: esvaziadas pela saída dos moradores para a cidade e pela falta de competência ou dificuldades dos herdeiros para gerir as atividades rurais cada vez menos lucrativas<sup>7</sup>, elas foram colocadas à venda privada ou através de projetos governamentais de aquisição de terras .

Por fim, a rede de dependências do “patrão” fazendeiro também sofrerá retalhos na medida em que avançam direitos trabalhistas, e previdência social para os trabalhadores rurais. Na década de 2000-2010, é construída também uma rede de políticas públicas para crédito, transferência de renda e programas de combate à fome, como Bolsa Família e PAA, aumento real do salário mínimo, dentre outras melhoras no poder aquisitivo dos mais pobres (Bacelar, 2010). A junção desses fatores é apontada como uma das razões possíveis para a melhora no IDH da região Nordeste – o que, no caso do Cariri paraibano, aconteceu em uma proporção três vezes maior em relação ao total dos municípios brasileiros. (Favareto et al, 2011, p. 19).

Todo esse desenho de um “novo sertão” nordestino não só retirou da elite pecuarista a legitimidade de uma dominação sobre os pobres do meio rural, mas também minimizou algumas condições de concorrência de recursos e poder junto a outras elites, como as empresariais ou ligadas ao mercado financeiro dos meios urbanos. Nesse sentido, a construção biográfica de figuras como Manuel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho pode ser um caminho interessante para compreender os esquemas de percepção e de poder de uma elite que, se não chegou a sofrer uma “devastação” econômica, sofre uma desclassificação, ou seja, um desgaste nos seus mecanismos de distinção social. Além de prestar atenção em como são construídas as biografias, busco subsídios para compreender, focado na região do Cariri paraibano, como frações da elite pecuarista de todo semiárido nordestino tem redesenhado estratégias de reconversão de um patrimônio simbólico e distinção social.

Diferente de outros casos<sup>8</sup> de elites agrárias e pecuaristas no próprio Cariri e no restante da Paraíba, as famílias Fernandes Batista, Dantas Vilar e Suassuna conseguiram manter a propriedade de suas fazendas. Significativo disso é o fato de que tanto a Carnaúba dos Dantas Vilar, em Taperoá, como a Capitão Mor dos Fernandes Batista são quase como “arquipélagos” de patrimônio conservado diante de propriedades vizinhas que ou estão em ruínas, ou foram vendidas e anexadas a outras propriedades ou foram inclusas em área de assentamentos de reforma agrária. Boa parte dessa “sobrevivência” das fazendas se deveu a uma estratégia de escolarização e formação profissional a partir da década de 1960 de toda uma geração voltada para profissões urbanas (professores, engenheiros, médicos etc.).

Além dos recursos financeiros para sustentar, mesmo com dívidas, as fazendas da família, a escolarização e o acesso às universidades deram competência para elaboração de livros

<sup>7</sup>Um marco político desse processo no Cariri paraibano foi a desapropriação da Fazenda Feijão – até o início do século XX pertencia à família Rafael de Menezes e tinha a distinção de ser a maior fazenda pecuarista da região com quase nove mil hectares – para criar o Assentamento Mandacaru, que, desde 1990, abriga 118 famílias (Silva, 2012, p. 53).

<sup>8</sup>Um exemplo de uma família que teve seu patrimônio econômico de propriedades completamente desmontado foi o dos Rafael de Menezes da cidade de Monteiro-PB. Conhecidos por grandes fazendas no início do século XX, a família irá passar por transformações em suas gerações: dos matrimônios a escolarização dos descendentes levaram a família a estar mais nos espaços políticos e acadêmicos. Diferente do caso dos Dantas Vilar e Fernandes Batista, a mudança dos Rafael de Menezes se deu em um quase total afastamento de uma renda econômica e uma trajetória de vida ligada a fazendas. (Meneses, 2018a, p. 55)



de memória, principal conjunto de fontes primárias utilizadas neste artigo: Dos Dantas Vilar e Suassuna selecionei o Memórias e Histórias (2000) e Mais memórias e mais histórias (2015) de João Suassuna Filho. Já na família Fernandes Batista, tomo como fontes os livros Papai: Estórias e Histórias (2005) e Mãe Sinhá: Memórias e lições (2014), organizados por Malaquias Batista Filho e irmãos. A produção de artigos acadêmicos e jornalísticos também foi fonte na pesquisa sobre os “patriarcas” e o trabalho nas fazendas. Consulto artigos escritos por Manuel Dantas Vilar Filho (1978, 2001a, 2001b, 2001c, 2004) e Malaquias Batista Filho (2001a, 2001b, 2005, 2010) em livros/ revistas de temática acadêmica sobre políticas voltadas para nutrição infantil, agricultura e pecuária no semiárido. No caso de “Manelito”, há entrevistas e artigos de opinião em revistas ligadas às entidades pecuaristas do Nordeste ligadas a ABCZ, como a Revista Agropecuária Tropical (AT) (1979-1987; 2000-2016).

A essa metodologia de analisar desde genealogias à curriculum lattes, acrescento o registro de duas entrevistas com Manuel Dantas Vilar e Malaquias Batista feitas durante incursões de campo nas fazendas Carnaúba e Capitão-Mor – todas durante os dias de festas de confraternizações da família entre 2015 e 2017. No caso dos Dantas Vilar e Suassuna, vaquejadas, leilões de animais dentro do chamado Dia D, encontro das famílias junto a uma grande exposição de bovinos, ovinos e caprinos realizada todo mês de julho na Carnaúba. Durante a programação desses eventos, também eram feitas exposições de arte e literatura – ligada a Ariano Suassuna – além de vídeos e cerimônias de homenagem aos parentes e à memória da fazenda. Já minhas visitas a Capitão-Mor dos Fernandes Batista estiveram condicionadas a festa do padroeiro da fazenda Santa Clara (realizada no mês de agosto) e também a grande festa do padroeiro de São Sebastião do Umbuzeiro realizada em janeiro. Esses eram momentos de encontro em que membros da família Fernandes Batista vinham de diferentes regiões do país para passar férias e confraternizar nas fazendas.

É fato que “os modos de fazer e escrever sobre as pesquisas são inseparáveis dos objetos de sua reflexão” (Melucci, 2005, p. 9). Por isso, adentrar nesse mundo dos pecuaristas coloca o pesquisador a um gradativo treino, nos padrões de trabalho sociológico/antropológico, em como construir uma pesquisa entre elites sociais. Sair dos arquivos históricos e pesquisar elites e grupos dominantes “face a face” exige negociações nas formas de se inserir em um grupo que se afirma como socialmente superior, fator que influencia na interação pesquisador-pesquisados. Em uma pesquisa feita entre elites há implicações epistemológicas específicas diante da imposição dirigida ao pesquisador, seja direta ou velada, de símbolos de poder que dão coesão e distinção a um grupo social. Essa é uma das fontes de um “mal estar deontológico”, segundo pesquisadores da alta burguesia francesa como Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (2007): por exemplo, na situação da entrevista no espaço das elites – como mansões, fazendas, escritórios, castelos, clubes etc. - é comum um poder simbólico, ou seja, que se exerce como algo naturalizado, na exposição de objetos sagrados da elite, junto a falas ou gestos que demonstram capitais culturais e sociais. Disposições de fala podem, inclusive, guiar investidas e tentativas de convencimento e controle do que vai ser publicado a partir da pesquisa.

Levando em conta esses fatores, tive de lapidar certo grau de reflexividade diante da minha posição de pesquisador. Tenho contatos anteriores à pesquisa com o mundo social dos pecuaristas, já que minha família, tanto do lado paterno quanto materno, tem origem na área rural entre o Cariri da Paraíba e Sertão de Pernambuco. Minha escrita<sup>9</sup>, portanto, não é neutra pois resulta desse encontro de alguém socializado em meios urbanos, mas inserido em ambien-

<sup>9</sup>Outro aspecto da escrita que acompanhou esse meu pertencimento a região do Cariri e que não pode ser visto como politicamente ou metodologicamente neutro: o fato de ser homem pesquisando um meio social que tem forte apego a imagem masculina do “sertanejo e nordestino”. Relatos de colegas pesquisadoras mostram um grau de dificuldades como a constante interrupção de falas durante atividades nas mesmas fazendas/famílias. A forte imagem do “patriarca” traz especificidades de gênero para quem vai pesquisar o mundo pecuarista do semiárido nordestino.

te “familiar” – embora na posição de “não iniciado” nos rituais, pouco treinado nos “idiomas zootécnicos” da pecuária, e distante do parentesco das famílias.

Nessas especificidades, a pesquisa que originou esse artigo teve alguns riscos e possibilidades de cair em erros comuns já documentados e discutidos em estudos sobre elites. Um primeiro deles é a postura do sociólogo de publicar seu trabalho agindo destrutivamente contra as elites – julgando seus discursos como todos falsos, dominadores, ideológicos, opressores etc. Na direção contrária deste há outro risco: que é o sociólogo acreditar e referendar os discursos propagados por esse grupo durante a escrita do seu trabalho. Lembremos do sempre presente “canto de sereia” dos valores nostálgicos e saudosos que elites agrárias decadentes construíram sobre o Nordeste ainda no início do século XX (Albuquerque Jr., 2011). Para evitar ou amenizar esses erros, o treino para lidar e analisar a situação dos trabalhos de campo foi possível com o recurso a uma literatura sociológica de pesquisas e teorias sobre as elites sociais. Me referencio principalmente no legado de Pierre Bourdieu (2014, 2014b) e grupos de pesquisadores entre a França e o Brasil, a exemplo dos trabalhos de Monique Saint- Martin (2008, 2012); Monique Pinçon e Michel Pinçon-Charlot (2007) e Afrânio Garcia Jr. (2007, 2011). De uma forma geral, essas pesquisas definem as elites de uma forma diferente da visão “fixa” reforçada tanto por certos marxismos ou de uma teoria conservadora das elites de clássicos como Pareto e Mosca. O debate aberto por Bourdieu enfatiza em como grupos dominantes acumulam capitais (econômicos, culturais, sociais, políticos etc.) que os permitem “jogar” em diferentes disputas de poder (Bourdieu, 2014b). As mudanças nas trajetórias biográficas expressam justamente esse acúmulo (ou perdas) de capitais de uma dada elite. A “ilusão biográfica” feita da seleção de fragmentos, ocultamento de situações, e construção de narrativas favoráveis é uma construção que ganha tons específicos ao nível das elites. De fato, no trabalho de memória das frações dominantes da vida social vale a máxima de que “recordar é poder”.

Nesse sentido, as biografias de Manuel Dantas Vilar e Malaquias Batista Filho são eivadas de uma particular “gramática” da elite pecuarista: com frequência remetem não só a uma “tradição familiar”, mas a toda uma evocação saudosa de um passado colonial das fazendas do interior do Nordeste. Tanto nos livros como nas falas das entrevistas há um tom de resgate da glória da “civilização do couro” de desbravadores do sertão, pais fundadores das fazendas, que abdicaram do litoral e, espontaneamente, “na pisada do gado”, adentraram os sertões do Brasil colônia e construíram a “sociedade do couro” – uma das autoimagens dos pecuaristas (Maia, Cunha, 2015). Aqui, interessa menos procurar as várias fragilidades historiográficas dessas narrativas. Procuo debater como dramas familiares e biográficos podem nos dar pistas de como pessoas de uma elite se veem diante das mudanças que ameaçaram seu lugar social distinto nas últimas décadas.

## 2. O “CAMELÔ DAS SECAS” DA FAZENDA CARNAÚBA

Manuel Dantas Vilar Filho nasceu em 1937, na Fazenda Carnaúba, como quarto filho do casal Manuel Dantas Vilar e Clívia Guedes – casamento entre famílias que estenderam suas redes entre Taperoá e as cidades de Desterro, Teixeira e Patos, no sertão paraibano. Conhecido pelo apelido de “Manelito”, ele se define como um “sertanejo teimoso” que nunca deixou de olhar para o seu chão e suas “afinidades mais íntimas com a pecuária” (Vilar Filho, 1978, p. 5). Tais afinidades são descritas durante conversa que registrei com ele nos alpendres da casa da Carnaúba, quando pedi para que ele falasse do seu período de infância e adolescência. Manelito respondeu que sua primeira escola foi a fazenda: local das lições de alfabetização dadas por professores primários, pagos pelos pais, e também do contato com autores que fala-

vam do sertão, como de um exemplar de um livro de Euclides da Cunha que fazia parte da biblioteca do falecido governador João Suassuna<sup>10</sup>, que foi toda transportada para a Carnaúba. Lembranças dessa fase da vida em que esteve próximo ao mundo pecuarista do seu pai são detalhadas na crônica “O Bom Começo Levou o Guzerá”, publicada em edição da Revista Agropecuária Tropical (2004):

(...) Meu pai começou a criar zebus em 1934, antes de eu nascer. Vivi, desde pequeno, num curral onde leite, João de Abreu, Cantagalo, seca, Guzerá eram assuntos do dia-a-dia e meu mundo mítico de menino, povoado dessas imagens (...) (Vilar Filho, 2004, p. 12)

Manelito também lembra de lições de uma infância que não vieram da escola, mas da vivência com trabalhadores da fazenda durante a lida do rebanho do gado.

“Vaca Guzerá só parte, quando o bezerro novo está junto. É para defender ele. Tenha medo não!” –Eu com o caneco de asa que ganhara, para aprender a tirar leite. (...) Espere por aquela, essa daqui tem o leite duro e o peito grosso. Da vaca azulada é macio e cabe na sua mão; vai encher seu caneco.” [Dizia] Cazuzza Emiliano (1944), vaqueiro, protegendo-me entre a porteira e uma vaca recém parida.

Quando vem o leite da Carnaúba, o queijo cresce...” – Maria Cajarana, queijeira sertaneja, despejando a coalhada já cozida em leite, na urupema grande da panela de barro. A gente esperando escorrer para mordiscar pedaços, no “quarto do queijo”, da casa da rua.” (Vilar Filho, 2004, p. 12- 13)

Após os 10 anos, Manelito teve de sair desse mundo da fazenda e vai para o que chama de um “exílio”, em Recife, para cursar o ginásio nos colégios Salesiano, Americano Batista e Marista. Após essa formação, ele ingressa no curso de engenharia na UFPE. Logo após a formatura, Manelito inicia uma carreira de professor universitário e também se insere nos quadros da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE). Também esteve no grupo fundador da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), em 1966. É nesse momento, em que transita em cargos docentes e de administração pública, que Manelito rememora algo decisivo que o fez fazer um caminho inverso da sua geração: sair da cidade e “voltar ao sertão”. Havia já uma insatisfação de sua parte com reformas na estrutura acadêmica de disciplinas, como a implantação do sistema de créditos, modelo que considerou uma péssima “americanização” da universidade brasileira. Mas, para Manelito, o principal marco temporal para sua volta à vida na fazenda Carnaúba foi outro: o falecimento do pai, em 1968. Segundo seu relato, esse foi um momento crucial para se retirar da vida docente universitária e voltar a morar na Carnaúba, dedicando-se exclusivamente às atividades agropecuárias: buscar conhecimento e experimentação “na prática”, sem modismos vindos de tecnocratas do “sul do Brasil”, e sem intermediação de universidades que ele acusa de serem distanciadas da “realidade do sol

<sup>10</sup>Nascido em Catolé do Rocha, PB, em 1886, a história do advogado, ex-governador e deputado federal, João Urbano Suassuna está relacionada as oligarquias da Paraíba do início do século XX e aos trágicos eventos da Revolução de 1930. Esse período marcou bastante a memória familiar dos Dantas Vilar. Foi nele que o jornalista João Dantas matou o então governador João Urbano Pessoa em 26 de julho de 1930. Motivos políticos e pessoais de honra foram a razão do crime já que partidários de Pessoa publicaram cartas e fotos íntimas de Dantas com sua namorada Anayde Beyriz nos jornais locais. Desde então os livros de memória dos Dantas Vilar e Suassuna reclamam que eles foram taxados de “vilões” e perseguidos após a comoção da morte de João Pessoa - que fez, inclusive mudar a bandeira e o nome da capital da Paraíba. Acusado de ter mandado o primo João Dantas matar Pessoa, João Suassuna tentava fazer a defesa como parlamentar no Rio de Janeiro, quando foi atingido pelas costas por um matador de aluguel, quando saía de um hotel no cruzamento das ruas Inválidos e Mem de Sá em 9 de outubro de 1930 ( Suassuna Filho, 2000, p. 25)



e da seca”. Manelito afirma, em entrevista à revista da ABCZ, que nesse momento da vida firmou um reencontro com uma vocação:

Revista Agropecuária Tropical: O senhor é engenheiro por formação. Por que decidiu se dedicar à pecuária?

Manelito: Sou engenheiro civil por formação acadêmica. Por natureza e sentimento fui criador. A dedicação exclusiva a pecuária ocorreu por sucessão súbita de meu pai, há 36 anos. Foi um encargo, mas, também um reencontro com minhas raízes e minha vocação essencial (A-T, 2004, p.10).

Essa “volta às raízes” teve percalços já de início, sendo um deles a crise no mercado do algodão, fato que antecedeu a praga do Bicudo e que, segundo Manelito, também serviu como comprovação para abandonar as culturas agrícolas que ele chama de uma “loteria” diante das secas no semiárido:

Valdênio: (...) aqui [ na Carnaúba] além da pecuária teve algodão?

Manelito : Teve (...) nessa e na outra fazenda [Pau Leite] (...) desde a década de 1960 com o advento da petroquímica que a lavoura de algodão já tinha se acabado no Brasil com os derivados de petróleo e continuava sendo o carro-chefe com o uso da terra (...) pai tinha 180 hectares de algodão, milho e feijão (...) aí fui pra 700 (...) [Mas] aí como era eu prestando conta pros outros (...) fui percebendo maior as contas maior prejuízo (...) eu cancelei antes do bicudo o plantio de algodão aqui (...) milho e feijão é uma loteria a lavoura temporária (...) aí fui aprendendo as custas do couro e do espinhaço (...) que aqui eu tenho de ser com planta perene pra eu escapar da loteria da germinação anual (...) e tinha que me voltar pra pecuária. Aí zerei os roçados daqui (...).

No início da década de 1970, foi firmada aliança de “cabreiros” com o primo Ariano Suassuna para criação de cabras de raças nativas. Esses experimentos, junto com o plantio do capim-búffel australiano, fizeram Manelito ser conhecido nas grandes associações pecuaristas na Paraíba (Sociedade Ruralista Paraibana), como um “camelô das secas”, uma referência a um trabalho de trazer e “improvisar” técnicas de criação e alimentação na pecuária em condições tropicais. Esse foi o tema inclusive de uma reportagem do Globo Rural, no ano de 1983<sup>11</sup>: guiando o repórter Ivaci Matias nos açudes secos da fazenda, Manelito mostra o sistema de cimbões para captar água do lençol freático, as vacas do rebanho Guzerá e encerra a reportagem mostrando as técnicas de fenação para alimentação dos animais. Nesse momento, a fazenda iniciava um trabalho de importação de capim-búffel junto ao uso do bagaço de cana de açúcar comprado das usinas da zona da mata paraibana

Segundo Manelito, o semiárido sempre foi esquecido por uma visão estreita de brigas políticas que tiraram a pecuária dessa região do foco de escolas de agronomia e universidades do Brasil. Ainda no tema das universidades, Manelito insiste nos seus argumentos que há um grave distanciamento da pesquisa acadêmica com a prática da pecuária “real e sertaneja”: por isso, ele elogia o curso de zootecnia da UFRPE que, inclusive, o recebeu, em maio de 2016, para uma das (hoje) raras palestras fora da Carnaúba, com o tema “Avanços tecnológicos no campo”, na abertura da XXIV Semana de Zootecnia da UFRPE. No cartaz, há o destaque de uma frase que Manelito coloca em várias de suas intervenções públicas: “o gado é a mola do mundo, os caprinos e ovinos são os parafusos que prendem os extremos dessa mola, completando, assim, o amortecedor para o conforto da humanidade”.

<sup>11</sup>A entrevista com Manelito começa aos 2 minutos e 49 segundos do vídeo <<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJt-G014&t=537s>>

A influência de Manelito pode ser vista também na programação do evento anual, o dia D, realizado todo mês de julho na Fazenda Carnaúba. Na edição de 2015 do dia D na Fazenda Carnaúba, houve uma homenagem a Ariano Suassuna (falecido um ano antes), seguida do lançamento do documentário *Carnaúba, Amor a Cultura e a Fazenda*<sup>12</sup>. A narrativa do filme exalta a figura do Sr. “Manelito” como alguém que fez da “fraqueza a força”, um representante da oitava geração da família Dantas Vilar na fazenda, que deixa para os filhos um legado do vínculo com a terra da Fazenda Carnaúba, colocada como um “santuário de raças nativas” do semiárido nordestino. Após o filme, Manelito seguiu para uma jornada de “apertos de mão”: de parentes e afilhados pedindo a benção e o cumprimento a políticos e amigos do meio pecuarista que visitavam a Carnaúba naquela noite.

### 3. O PRIMOGÊNITO DOS “FILHOS DOUTORES” DA CAPITÃO-MOR

Diferente de Manelito, que interrompeu em definitivo a carreira acadêmica para fazer o que chamou de um “retorno à vocação da pecuária”, Malaquias Batista Filho conciliou a atividade de professor e pesquisador do departamento de nutrição da UFPE com os investimentos de “resgatar” a memória das fazendas da sua família. Esses investimentos começaram na década de 1980 e, mais recentemente, foram direcionados a construção de um museu da família, inaugurado em 2014 e localizado ao lado da casa sede. Primogênito do casal Batista Malaquias e Sebastiana “Sinhá” Fernandes, Malaquias nasceu na fazenda Pitombas, em 1934. No relato dos seus primeiros anos de vida, recorda da infância e adolescência, convivendo com os trabalhadores da fazenda, como os vaqueiros Chico Lúcio, Sebastião Tenente e João Frazão, que, além da ajuda no trato do gado e dos bodes, operavam tratores e tocavam um forró nas horas amenas (Batista Filho, 2014, p.101). Havia outros “homens de confiança”, como o vaqueiro Gerson Brito, que chegou a ser “compadre” da família, casando com uma neta de Pedro Lima (tio-avô de Sebastiana Fernandes), e também João Caetano, descrito como “um preto retinto, bom de machado, foice e enxada e sempre disponível para operar um rifle (Batista Filho, 2014, p. 99). Caetano também é lembrado por fazer a escolta dos filhos de Malaquias Batista quando iam pra um forró em “território inimigo”, próximo a uma fazenda dos rivais da família Feitosa (Batista Filho, 2014, p. 100).

Outra memória bastante mencionada nos escritos e entrevistas do prof. Malaquias é a “escolinha” da fazenda, mantida por iniciativa da mãe e do vizinho da fazenda Estrela D’Alva, o “Dr. André” Barros Rêgo. Ao contratar uma professora primária para ficar na fazenda, havia também interesse, principalmente por parte do pai de Malaquias, de que o filho mais velho fosse uma liderança política na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro – que, em 1958, se emancipava da cidade de Alagoa de Monteiro.

Malaquias Batista : Meu pai achava que o ideal do homem aqui (...) [era] ser aventureiro tomar umas cachaças e ser um bom vaqueiro (...) bom de briga (...) e quando eu comecei a estudar medicina (...) o futuro que ele vinha para mim era que eu como médico tinha trunfo eleitoral e seria prefeito de São Sebastião do Umbuzeiro (...) a visão dele era muito aqui (...).

Malaquias Filho cursou o secundário na cidade de Pesqueira-PE e, em seguida (final da década de 50), foi para João Pessoa, onde iniciou o curso de medicina pela UFPB – quando também ficou responsável por uma casa da família no centro da cidade. Aqui, Malaquias re-

<sup>12</sup>Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=r0D4TUEcNgQ>>

memora “Dona Iracy”<sup>13</sup>, filha de moradores da fazenda Capitão-Mor que foi trabalhar nas atividades domésticas da casa da família em João Pessoa. Durante esse período, Malaquias trabalhou como jornalista e se inseriu na militância de esquerda universitária, com cargo na UNE, desviando-se definitivamente do projeto do pai de “fazer política” em São Sebastião do Umbuzeiro<sup>14</sup>. Foi também nessa curta experiência jornalística que encontrou a obra literária que iria lhe influenciar para toda vida: a *Geografia da Fome*, de Josué de Castro.

Em 1961, Malaquias conseguiria emprego no Serviço da Assistência Médica Domiciliar de Urgência, cargo do qual seria cassado em razão do golpe militar de 1964. Nesse momento, ele foi para Pernambuco e se inscreveu nos quadros do Instituto de Nutrição da UFPE, sendo acolhido pelo professor Nelson Chaves – o que permitiu participar de pesquisas pioneiras no campo da nutrição brasileira, nos Centros de Educação e Recuperação Nutricional (CERN) (1967-1972), que tinham como objetivo a recuperação de crianças com desnutrição. Concluído o doutorado em medicina na USP, na década de 1980, o professor Malaquias Batista, já consolidado como referência<sup>15</sup> na nutrição brasileira, passa a dedicar artigos, pesquisas, participação em bancas e orientação de trabalhos ao tema da alimentação em condições do semiárido – destaca-se pesquisas com o uso da palma e do leite de cabra na nutrição infantil. Segundo trecho do seu memorial de professor titular da UFPE, a preocupação do professor Malaquias Batista nesse momento era “o que fazer nas terras secas, para sobreviver com certa dignidade à escassez de chuvas e à pobreza dos solos magros? (Batista Filho, 2013, p. 12). O interesse acadêmico pela seca e pelo semiárido também veio no momento de morte do pai, em 1987, lembrado também como a época do endividamento das fazendas da família, baixas nos preços devido às pragas na lavoura do algodão e pela quebra do vínculos e saída dos moradores e trabalhadores das fazendas. Batista Filho (2014) narra que a família teve de discutir as heranças do patrimônio da família, e a responsabilidade de tornar viáveis as fazendas Capitão-Mor, Pitombas e Santa Clara – nesse sentido Malaquias justifica o caminho acordado entre os irmãos Fernandes Batista para que, na década de 1990, iniciassem a criação de caprinos Boer e implementação na fazenda de técnicas de conservação de pastagem nativa, plantio de capim búffel e palma, além dos cacimbões. Todas essas experiências eram expostas e debatidas em jornadas de trabalho nas fazendas Capitão-Mor e Pitombas que ficaram conhecidas como “Seminários de Viabilização do Semiárido”.

Fruto desses debates, foi publicada a coletânea *Viabilização para o Semiárido Nordestino* (2001). Ela reuniu textos de proprietários de terra no Cariri e especialistas formados em universidades paraibanas e pernambucanas em agronomia, veterinária, zootecnia e economia envolvidos em pesquisas sobre hidrologia, pecuária e agricultura no semiárido. Nesse livro, foram publicados o artigo de Laurentino Fernandes – “Água Água... Solução para o semiárido?”, em que tece críticas ao modelo de combate às secas e açudagem; e também as “Crônicas do sertão frugal e verdadeiro”, de Manoel Dantas Vilar Filho. Também é da coordenação de Malaquias Batista Filho (2005) o volume 2 da coletânea *Semiárido: Riquezas e Oportunidades*, dedicado ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional. Na introdução do livro, Batista Filho (2005) menciona a história do Capitão João José, e seu dever acadêmico e familiar:

<sup>13</sup>Em abril de 2017, registrei uma entrevista com Iracy, na residência dos seus filhos em João Pessoa – PB. Chama atenção no registro, tanto as frases ditas como também os silêncios que demarcam memórias de uma socialização em torno da dominação da fazenda: e que escapava ao espaço físico da mesma. A linearidade das entrevistas também é diferente da forma como os membros da elite narram o vivido. Por isso, a análise das falas e memórias dos antigos moradores das fazendas que pesquisei na tese exige uma análise a parte.

<sup>14</sup>Esse desejo do pai de ter um filho líder político seria realizado anos mais tarde quando uma das filhas de Batista Malaquias e Sinhá Fernandes, Fátima, foi eleita prefeita da cidade de São Sebastião do Umbuzeiro na década de 1990.

<sup>15</sup>Ver curriculum lattes < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787195U6>>

Apesar de saturado por demandas profissionais e obrigações domésticas que passam pelo polígono Rio/Recife/João Pessoa/São Sebastião do Umbuzeiro, com o quadrado mágico Capitão-Mor (de Cima e de Baixo), Pitombas, Santa Clara e adjacências, além do pesado ônus dos oitenta anos, carregando assim um “container” nas costas, aderi amadoristicamente ao convite/desafio do professor Mário Antonino, para coordenar a editoração de um caderno de Segurança Alimentar e Nutricional sobre o Semiárido Nordestino. É, afinal, um dever de ofício familiar e atávico, assumido desde que o Capitão João José da Silva Lima, avô do meu avô José Fernandes de Lima, transferiu-se, aos 15 anos, com armas e bagagens (leia-se coragem, espírito de aventura e vocação para enfrentar desafios) do Agreste de Canhotinho (PE) para o sertão de cactos, pedras, espinhos, terras e rios secos dos Cariris Velhos da Paraíba.(...) Ou seja, do quadrado mágico dos velhos sítios de meus antepassados e do meu presente para a agenda maior de 22 milhões de pessoas que povoam o subcontinente do semiárido, com seus 980.000 Km<sup>2</sup> (Batista Filho, 2005, p.13).

Ao encerrar o livro Mãe Sinhá: memórias e lições, listando os investimentos que tiraram a fazenda do “vermelho”, Malaquias Batista Filho “chama a responsabilidade” e conclama aos 61 descendentes vivos da família Fernandes Batista a seguir o trabalho, e colocar as propriedades no “verde”, não só em relação às contas, mas da convivência com as secas, mantendo assim uma “honraria e um compromisso” com a memória dos ancestrais (Batista Filho, 2014, p. 102).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respeitadas as particularidades das biografias de Manelito e Batista, é possível construir, a partir delas, alguns padrões gerais. Uso como critério os marcos temporais, ou divisórias de fatos/situações que dão linearidade aos relatos biográficos:

Quadro 1. Marcos Temporais nas Biografias de Manuel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho

	Infância (1940-50)	Saída da fazenda (1950-60)	Retorno a fazenda (1970-1980)	Investimentos atuais (1980-2010)
Manuel Dantas Vilar Filho	Alfabetização na escola na fazenda; Lembranças de uma vida próxima aos trabalhadores; Aprendizado na lida com a pecuária	Momento de ingresso nos cursos de ginásio - ida para cidade de Recife-PE  Curso universitário de engenharia e entrada em uma carreira profissional urbana ( professor e funcionário da SUDENE)	Morte do pai em 1960 demarca o momento de retirada da vida acadêmica universitário para morar e gerir as atividades da pecuária na fazenda  Crise e abandono definitivo do plantio de algodão e de culturas de feijão e milho. Dedicção a pecuária bovina e caprina, em sociedade com o primo Ariano Suassuna	Leilões, vaquejadas e confraternização anual da família (Dia D) ;  Conservação da arquitetura da fazenda e uso do símbolo do ferro de gado da família;  Palestras em universidades e entrevistas a jornalistas e pesquisadores que visitam a Carnaúba

Malaquias Batista Filho	Escola na fazenda Estrela D' Alva.  Memórias de uma vida próxima aos trabalhadores do algodão	Ida a Pesqueira-PE para o curso secundário.  Atividade jornalística, movimento estudantil e cassação de direitos após 1964  Entrada no Instituto de Nutrição (UFPE)	Morte do pai em 1984 e reunião da família para tratar da gestão da fazenda.  Primeiras propostas de “resgate” da memória da fazenda	Gestão de recursos hídricos e plantas adaptadas ao clima semiárido  Criação de caprinos Boer  Confraternizações anuais da família (Janeiro e Agosto)  Lançamentos de livros de memória e fundação de um museu na fazenda
-------------------------	---	---	---	--

Elaborado a partir de entrevistas realizadas entre 2015-2017.

Captando esses padrões, pode-se colocar em debate que tipo de valores orientam estratégias de frações das elites pecuaristas do Cariri para transformar seus patrimônios materiais e simbólicos. De fato, há alguns custos na estratégia de tornar antigas fazendas que outrora eram espaços produtivos da pecuária bovina e algodão em locais de culto à memória da família, de conservação e exposição de um patrimônio arquitetônico, sede de arquivos e museus. Um deles é uma tensão entre a necessidade de reforçar um ideal de passado da fazenda diante de um lento, mas constante desmonte de um imaginário social e político da grande propriedade do sertão nordestino cada vez mais urbano seja em população, seja em atividades econômicas, até em referências culturais. Aqui é ilustrativo o relato de jovens do sertão “abandonando o chapéu de couro para usar um boné”, como mostra um relato da pesquisadora Gislene Moreira (2014, p. 227) em estudo feito no interior da Bahia.

Pesquisas sobre elites e reconversões sociais já apontaram limites nas próprias condições de produção de uma crença de um grupo que quer mostrar que tem “muito passado”, mas que não quer ser visto como ultrapassado. Há limites das estratégias de reconversões sociais, afirma Monique de Saint-Martin (2012) em seus estudos entre descendentes da nobreza francesa. Reconversões são estratégias sempre abertas e incompletas, ou seja, são estratégias de mudanças que nunca podem ser radicais a ponto de alterarem todo capital investido. Não há “abandono total das antigas posições nem entrega total às novas” (Saint - Martin, 2012, p. 73). No caso da elite pecuarista, há uma tentativa de ser vanguarda – em um esforço de conservação patrimonial e arquivística - mas sem arriscar sair da idealização de um tempo em que a propriedade da terra era principal definidor econômico e social no sertão nordestino. O chamado – quase em tom de alerta como no caso dos Fernandes Batista – que muitos dos livros de memória citados fazem para que as novas gerações das famílias continuem o trabalho memorial das fazendas é um indicativo de futuras dificuldades em reconverter a materialidade da terra em recurso de distinção social. É possível que, no futuro, haja uma dispersão dos capitais hoje concentrados em torno dos “patriarcas” vivos de cada família, embora, ao menos no caso da Carnaúba, já tem um certo apelo de turismo<sup>16</sup> “regionalista” na publicidade de eventos como o dia D.

Outro tema para debate e aprofundamento em futuras pesquisas e artigos é o ponto em que as narrativas biográficas dos descendentes da elite pecuaristas tocam no cruzamento de dois grandes temas de toda uma literatura – que articulou não só as ciências sociais, como a história, geografia, economia etc. De um lado, as análises dos jogos de poder, tanto local como nacional, que envolvem as redes de família/parentesco na associação política entre grande propriedade da terra e a pecuária. Do outro, intensificado entre as décadas de 40 e 50 do sécu-



lo passado, o debate público sobre os modelos adequados de intervenção governamental e gestão diante dos problemas sociais relacionados as secas periódicas que afetam boa parte do Nordeste (Campos, 2014). Esses temas aparecem por vezes separados por uma falsa “barreira”: do que seria um debate estritamente político e outra zona estritamente técnica e científica, ou se não do passado tradicional “arcaico-familiar” versus a modernidade científica sobre as secas. Essas fronteiras se diluem rapidamente ao perceber como se articulam origem social, formação acadêmica e profissional nas falas de Manuel Dantas Vilar Filho e de Malaquias Batista Filho. Memórias da quebra e perda de valor de um patrimônio material - pelo fim da economia algodão/pecuária, dívidas nas fazendas etc. - passam por um trabalho simbólico e se tornam recurso de resistência, virtude e distinção de um grupo social diante das secas. Aqui a frequente menção dos “patriarcas” ao termo convivência com as secas não é um mero acaso: indica uma novidade a ser melhor analisada nos estudos sobre elites proprietárias do semiárido nordestino. É preciso levar em conta que essa mesma elites de grandes proprietários rurais é criticada no paradigma da convivência com as secas produzido politicamente na redemocratização brasileira por ONGs, pastorais, movimentos sociais de luta por reforma agrária (Moreira Neto, 2013). Aqui surge uma demanda de analisar mais detalhes como opera um trabalho simbólico de uma elite que se apropria e incorpora um conceito político, inserindo nele seus valores, percepções e demandas. É preciso compreender como um sentido de convivência com as secas se torna conveniente à grande propriedade rural no semiárido nordestino

## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 4 ed. Livraria Briguiet, [1907] 1954.
- ALBUQUERQUE JR., D. A invenção do Nordeste e outras artes, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, M.C. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste, 8ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- ASSIS BATISTA, F. Movimentos Sociais no campo: o caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB – Trajetória política do dirigente Luiz Silva. João Pessoa: Imprell, 1997.
- BACELAR, T. Economia do semiárido: a crise como oportunidade. Revista Coletiva, n.15 jan-abr, 2010.p. 5-19.
- BATISTA FILHO, M. (Org.) Viabilização do semiárido nordestino. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Recife, IMIP, 2001.
- BATISTA FILHO, M. Cadernos do semiárido: segurança alimentar e nutricional. BATISTA FILHO, M. (Coord.). CREA-PE, UFPE, 2005.
- BATISTA FILHO, M. (Org.) Mãe Sinhá: memórias e lições. Recife: Imprima, 2014.

---

<sup>12</sup>Um interessante pesquisa com acervo fotográfico e mapeamento das antigas fazendas da pecuária do Nordeste pode ser visto no trabalho de Natalia Diniz (2017), fruto de uma tese de arquitetura apresentada na USP. No caso de São Paulo também há pesquisas sobre patrimônio de antigas fazendas. Costa, Tognon e Scarpeline (2009) mostram que está em curso, desde a década passada, certo movimento de conservação de um patrimônio arquivístico de fazendas formadas entre o século XVIII e início do XX. Além de uma demanda de turismo regional, também há investimento em buscas arqueológicas no território das fazendas.

Uma outra novidade que aponta os temas da elite pecuarista aqui analisada: um forte investimento na caprinocultura. Desqualificada no “tempo” do algodão e da pecuária bovina, enquanto “miunça”, ou uma pecuária dos pobres, os caprinos hoje tem sobre si um relativo consenso de símbolo cultural e sertanejo na região do Cariri. São alvo de projetos empresariais e turísticos com criação de raças com aptidão para carne e leite, e adaptadas ao clima seco. Falas de valorização dos caprinos são registradas tanto nas entrevistas, livros de memória das famílias como nos artigos publicados nos livros organizados pelos “patriarcas” com seções que cruzam dados técnicos sobre melhoramentos genéticos, falas sobre índices pluviométricos, plantação de pastagens e conservação de vegetação adaptadas as secas.

- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) Escritos de educação, 15 ed., Petrópolis: Vozes, 2014b, p. 73-78
- BOURDIEU, P. Contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) Escritos de Educação, 9 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 183-193.
- BRUNO, R. Agronegócio, Ruralismo e Relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, RJ, 2009.
- BUANAIN, A.; GARCIA, J. Pobreza rural e desenvolvimento no semiárido nordestino: resistência, reprodução e transformação. BUANAIN, A. M; DEDECCA, C. (Orgs.) A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e questão regional, Brasília, IICA, 2013, p. 217-306.
- CAMPOS, J. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Estudos Avançados. [online]. 2014, vol.28, n.82, pp.65-88.
- COSTA, L.F; TOGNON, M.; SCARPELINE, R. O patrimônio arquivístico de antigas fazendas paulistas. Patrimônio e Memória v. 5, n.2, out. 2009. p. 98-113
- CUNHA, L.H; GOMES, R. A trajetória da algaroba no semiárido nordestino: dilemas políticos e científicos. Revista Raízes, V.32, n.1, jan-jun/2012, p. 73-95.
- DINIZ, N. Um sertão entre tantos outros. São Paulo (SP): Versal, 2015.
- DUQUÉ, G. Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri Paraibano. Revista Raízes, Campina Grande: Ano IV, n 4-5, jan-dez, 1985, p.168-196.
- FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R; OLIVEIRA, M.; DINIZ, J.F; SAES, B. Desenvolvimento territorial em uma região do semiárido brasileiro do Nordeste Brasileiro- para além das transferências de renda. Documento de trabalho nº83. Programa Dinâmicas Territoriales Rurales. Rimisp- Centro Latinoamericano para o desarrollo rural, Santiago, Chile, 2011, p. 1-29.
- FERNANDES BATISTA, L. Água, mais água... é a solução para o semiárido? Viabilização. In BATISTA FILHO, M. (Org.). Viabilização do semiárido nordestino. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001, p.32-38.
- FERNANDES BATISTA, L.; FERNANDES BATISTA, I.; BATISTA FILHO, M. (Orgs.) Papai: histórias & estórias: livro comemorativo do centenário de nascimento de Malaquias Batista Feitosa (1905-2005). Recife, 2005.
- FORMAN, S. The Brazilian Peasantry. New York: Columbia University Press, 1975.
- GARCIA JR. Meninos de engenho: tradições e dramas familiares feitos símbolos de brasilidade. Antropolítica, Niterói, n. 30, 2011, p. 21-47.
- GARCIA JR. A. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). Revista de Ciências Sociais, UFC, v. 38 (02), 2007, p. 74-87.
- GLOBO RURAL. (1983) Reportagem na Fazenda Carnaúba. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJtG014&t=537s>>. Acesso em: jan. de 2019.
- LANDAL, E.; CRUZ, R.; HIRSCH, A.; PIMENTA, L.; GUIMARÃES, D. Variação geográfica dos módulos fiscais no Brasil, Embrapa, Documentos, 46, 2012.
- LEAL, N. S. Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. São Paulo, Hucitec, Anpocs, 2016.
- MAIA, K.; CUNHA, L.H. Narrativas sobre a grande propriedade pecuária do sertão nordestino: território da pecuária, do latifúndio e das oligarquias. Revista Raízes, UFCG, V.35, N.2, Jul-Dez, 2015, p. 84-100.
- MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, A. (Org.). Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-42.

MENESES, V. F. Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2018a.

MENESES, V. F. Mestres sertanejos e os santuários das raças nativas: biografias e recursos de poder entre grandes pecuaristas do Nordeste. Revista da Pós- Ciências Sociais (REPOCS-UFMA). V.15, n.29,2018b, p. 253-278

MOREIRA NETO, M; Outro sertão: fronteiras da convivência com semiárido, Recife: Massangana, 2013.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

MOREIRA, G. A nova cara do sertão: provocações sobre juventude e cultura contemporânea In. FREIRE, A (Org.) Culturas dos Sertões. Salvador: Edufba. 2014, p. 227-244.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. Sociologia da Alta Burguesia. Sociologias. Porto Alegre: Ano 9, n.18, jul./dez 2007, p. 22-37.

RIBEIRO, E. M. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2010, v.18, n.2, p. 393-433.

SAINT MARTIN, M. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. Tomo, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 13, jul.-dez, 2008, p. 43-73.

SAINT MARTIN, M Reconversions et reproduction, des stratégies ouvertes. Grand entretien, propos recueillis par C. Poliak et L. Weber, Savoir/Agir, 19, mars, 2012, p. 69-80.

SILVA, M. F. DA. Reforma agrária de mercado ou atualização do clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental Paraibano. ‘ Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), UFCG, Campina Grande, 2012.

SOUZA, B. I.; SUERTEGARAY, D.M; VIANA DA LIMA, E. D (2010) Políticas públicas, uso do solo e desertificação nos Cariris velhos (PB/Brasil). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. . XIV, nº 311, Barcelona: Universidad de Barcelona, Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-311.htm>>. Acesso em: maio 2018.

SUASSUNA FILHO, J. Memórias e histórias. Recife: Ed. do Autor, 2000.

SUASSUNA, J. (2018) A Joia do semiárido. Disponível em: <<http://www.suassuna.net.br/2018/10/fazenda-carnauba-uma-joia-dosemiarido.html#>>. Acesso em: jan. 2019.

VILAR FILHO, M. D. Nordeste, salvação só pelo sonho? Ou a, ainda terrível, vizinhança da grande seca. Revista Paraíba Tropical, 12 ed, 1979, p. 5-7.

VILAR FILHO, M. D . O sertão frugal e verdadeiro – Crônica de uma convicção In: (Org.) BATISTA FILHO, M. Viabilização do semiárido nordestino. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP Recife, IMIP, 2001a, p. 38-58.

VILAR FILHO, M. D. O bom começo levou o Guzerá. Revista Agropecuária Tropical, 147<sup>a</sup> edição, Fevereiro de 2004, p. 11-15.